



IPGA

Plano
Geral de
Atuação

Administrativo

Revisão 2019

© 2019. Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Coordenadoria de Planejamento Institucional do Ministério Público (COPLI)

Rua Dias Adorno, 367 - 7.º andar - Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG - CEP 30170-916

Fone: (31) 3330-9928

Fax: (31) 3330-9931

Portal: <http://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/planejamento-institucional/>

e-mail: planejamento@mpmg.mp.br

Patrocinador do Plano Geral de Atuação - Área Administrativa (PGA-Administrativo):

Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

Procurador de Justiça Antônio Sérgio Tonet

Coordenador do Plano Geral de Atuação - Área Administrativa (PGA-Administrativo):

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo

Procurador de Justiça Heleno Rosa Portes

Gerente do Plano Geral de Atuação - Área Administrativa (PGA-Administrativo):

Coordenador de Planejamento Institucional

Procurador de Justiça Marcos Tofani Baer Bahia

Elaboração:

Coordenadoria de Planejamento Institucional – COPLI

Diretoria de Planos, Projetos e Programas Institucionais - DPIN

Ficha Técnica

Capa e projeto gráfico: Superintendência de Comunicação Integrada

Diretoria de Publicidade Institucional

Revisão: Diretoria de Planos, Projetos e Programas Institucionais (DPIN)

Minas Gerais. Ministério Público. Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI)

PGA: Plano Geral de Atuação – Área Administrativa: Revisão 2019 / Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Coordenadoria de Planejamento Institucional. Belo Horizonte: 2019. 41p.

1. Ministério Público – Minas Gerais – planejamento. 2. Planejamento Institucional. 3. Planejamento estratégico. 1 Título

Apresentação

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais adota, entre seus instrumentos de planejamento, o Plano Geral de Atuação Administrativa (PGA Administrativo).

O PGA Administrativo é composto pelos Projetos de Eficácia – resultados para a sociedade – e pelos Projetos Estruturantes Administrativos, priorizados anualmente.

Dentro da composição do PGA Administrativo, os Projetos de Eficácia – resultados para a sociedade são aqueles cuja finalidade principal consiste em prover meios e melhorias aos órgãos de administração e aos órgãos auxiliares do MPMG, com foco no incremento da eficácia de atuação institucional nos resultados para a sociedade definidos no Mapa Estratégico.

Por sua vez, os Projetos Estruturantes Administrativos visam à estruturação da área-meio da instituição, com foco no incremento e na melhoria tanto do relacionamento interinstitucional quanto do relacionamento com a sociedade, dos processos internos, dos recursos, do aprendizado e do crescimento, observados os macro-objetivos definidos no Mapa Estratégico.

Na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, encontra-se o Conselho de Gestão Estratégica (CGE), instituído pela Resolução PGJ n.º 71/2012, cuja finalidade é planejar, coordenar, promover, orientar e avaliar as estratégias e as linhas de ação institucionais. Entre outras atribuições suas, compete-lhe realizar proposições e deliberações sobre as diretrizes estratégicas do MPMG fundamentadas nas orientações apresentadas pelos Fóruns Permanentes de Gestão e de Resultados para a Sociedade; acompanhar e avaliar a execução, além de homologar os resultados dos planos, programas e projetos estratégicos da área finalística e da área administrativa, recomendando correções de rumos, quando necessárias; aprovar critérios para avaliar e priorizar planos, programas e projetos estratégicos propostos pelos Fóruns Permanentes de Gestão e de Resultados para a Sociedade; analisar e aprovar a proposta de Plano Geral de Atuação – Área Administrativa; velar pela consonância e promover o alinhamento entre a proposta orçamentária, o Plano Geral de Atuação – Área-fim, o Plano Geral de Atuação – Área Administrativa e o Plano Estratégico do MPMG, bem como entre os planos, programas e projetos estratégicos e os macro-objetivos do MPMG; propor a alocação de recursos físicos, financeiros e de pessoas em projetos estratégicos da instituição; e priorizar planos, programas e projetos estratégicos a serem executados pela instituição, com base nas informações fornecidas por unidades competentes.

O Fórum Permanente de Gestão (FPGE), unidade organizacional colegiada e vinculada ao Conselho de Gestão Estratégica (CGE), tem como finalidade priorizar a análise e realizar o acompanhamento dos planos, programas e projetos relacionados aos macro-objetivos do Mapa Estratégico do MPMG, a fim de subsidiar a tomada de decisão do CGE.

Em sua revisão para o ano de 2019 o PGA Administrativo está composto de 34 projetos.

Órgãos participantes

Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa

Diretoria-Geral

Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Jurídica

Corregedoria-Geral do Ministério Público

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF

Superintendência de Formação e Aperfeiçoamento – SFA

Coordenadoria de Planejamento Institucional – COPLI

Superintendência de Planejamento e Coordenação – SPC

Gabinete de Segurança e Inteligência – GSI

Superintendência de Comunicação Integrada – SCI

Superintendência de Engenharia e Arquitetura – SEA

Superintendência de Finanças – SUF

Superintendência de Gestão Administrativa – SGA

Superintendência de Logística e Serviços - SLS

Superintendência de Recursos Humanos – SRH

Superintendência de Tecnologia da Informação – STI

Superintendência dos Órgãos Colegiados – SOC

Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional – DPMSO

Sumário

<u>MAPA ESTRATÉGICO</u>	7
<u>MISSÃO, VISÃO E VALORES</u>	8
<u>METODOLOGIA</u>	9
Elaboração	9
Acompanhamento	9
<u>PROJETOS</u>	10
Projeto Modernização da Folha de Pagamentos do MPMG	11
Projeto Sistema de Controle de Diárias e Passagens - SCDP	12
Projeto Tramitação Direta de Inquéritos Policiais	13
Projeto Automação da Corregedoria	14
Projeto História Oral do MPMG	14
Projeto Wiki Institucional	15
PEAD MPMG – Projeto Modernização Administrativa – PROMAD MPMG	16
PEAD MPMG – Projeto Padronização e Organização Administrativa das Procuradorias e Promotorias de Justiça – PROPAD MPMG	17
Projeto Gestão Automatizada do Planejamento Estratégico	18
Projeto Gestão de Documentos: Elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade – Área meio	19
Projeto Gestão de Documentos: Elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade – Atuação Extrajudicial	20
Projeto Revisão do Planejamento Estratégico	20
Projeto Sistema Eletrônico de Informações – SEI	21
Projeto Inteligência Gerencial – Criminal	22
Projeto Inteligência Institucional	23
Projeto Segurança Institucional	23
Projeto SCI a seu dispor	24
Projeto Portais do MPMG	25
Projeto Sede Própria de Alfenas	26
Projeto Sede Própria de Governador Valadares	26

Projeto Sede Própria de Ipatinga	27
Projeto Sede Própria de Patos de Minas	27
Projeto Sede Própria de Visconde do Rio Branco	28
Projeto Sistema de Gestão de Adiantamentos Diversos – SIGAD	28
Projeto Sistema de Gestão de Terceirizados	29
Projeto Gestão de Transportes	31
Projeto Implantação do eSocial no MPMG	32
Projeto Gestão por Competências MPMG	33
Projeto UNO	34
Projeto Procedimento Extrajudicial Eletrônico	34
Projeto Gestão de Saúde Ocupacional	35
Projeto Sistema de Fiscalização Eletrônica do Procon-MG	36
Projeto Sistema de Gestão de Centros de Custos – Suspenso	38
Projeto Digitalização da Massa Documental – Suspenso	38

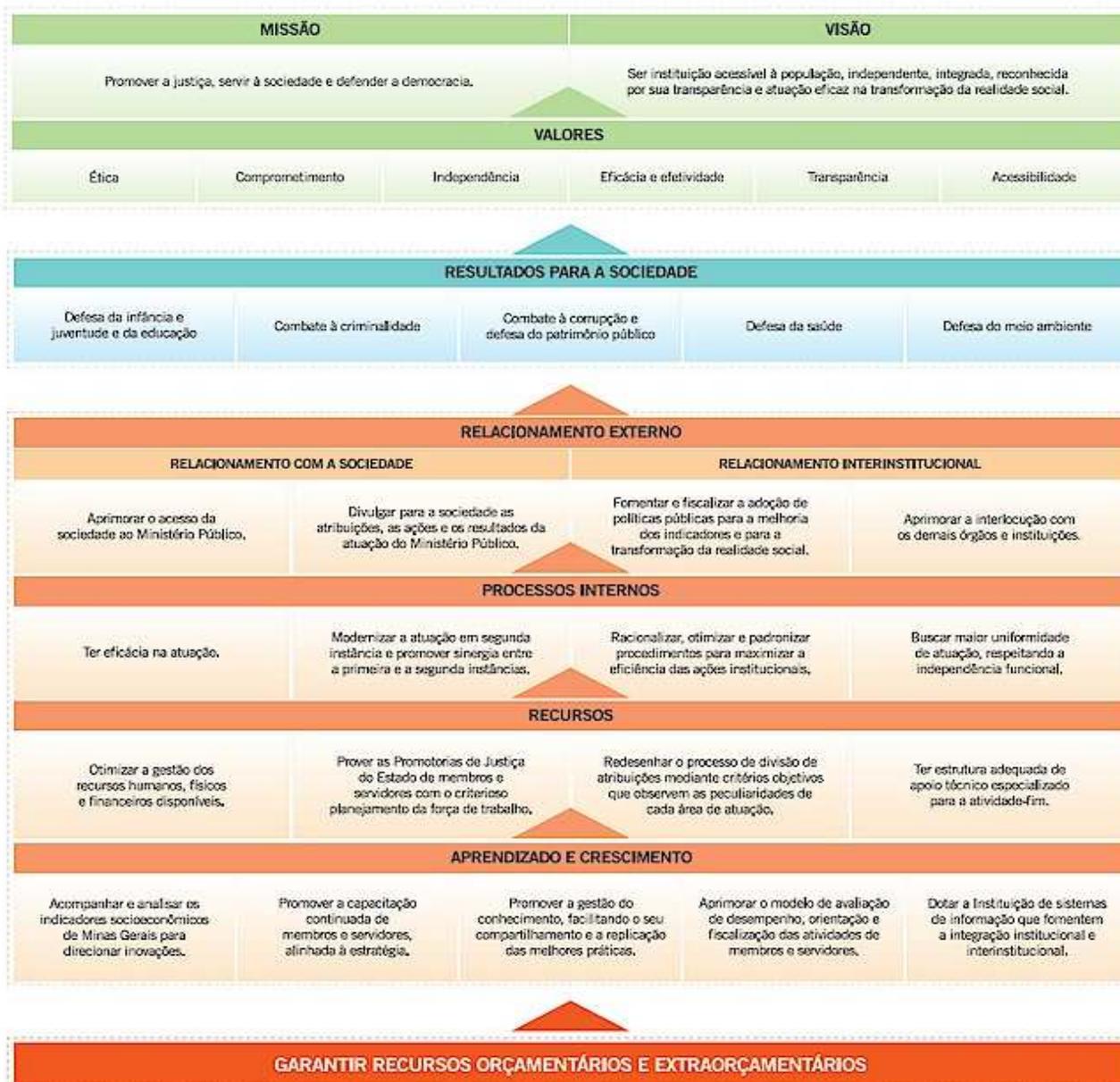
Mapa Estratégico



PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
2010 - 2023

MAPA ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2010 - 2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO É INSTITUIÇÃO PERMANENTE, ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO, INCUMBENDO-LHE A DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.
Art. 127 da Constituição Federal



Missão, visão, valores



Metodologia

1 – ELABORAÇÃO

Em junho de 2018, a Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI) deu início ao processo de construção da Revisão 2019 do Plano Geral de Atuação – Área Administrativa mediante comunicação aos integrantes do Fórum Permanente de Gestão (FPGE), em sua 2ª reunião ordinária, do início do recebimento de novas propostas de projetos alinhados à estratégia definida no Planejamento Estratégico 2010-2023, solicitação renovada na 4ª reunião ordinária, realizada em novembro de 2018, com prazo para encaminhamento até fevereiro de 2019.

A Diretoria de Planos, Projetos e Programas Institucionais (DPIN), unidade da estrutura da COPLI, procedeu à análise técnica das propostas de projetos apresentadas (3), encaminhando-as posteriormente ao FPGE para verificar a viabilidade e a prioridade de execução pelas unidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

A par da análise das propostas, a DPIN disponibilizou aos gerentes e às equipes de projetos mentorias individualizadas para avaliação e eventual replanejamento dos projetos remanescentes, os quais terão continuidade de execução e acompanhamento neste ano de 2019 (projetos *carry over*).

Dos 32 projetos remanescentes, 3 tiveram sua execução suspensa no decorrer do ano de 2018 para adequação de escopo e entregas, embora não tenham sido retirados da priorização. Referidos projetos foram relacionados nesta edição do PGA Administrativo, logo após os projetos em execução. Antes do fechamento desta revisão, um dos projetos suspensos (Sistema de Gestão de Compras, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres) teve sua execução cancelada, não sendo, portanto, incluído neste documento.

A partir da revisão metodológica do gerenciamento de projetos no MPMG e da reestruturação do Escritório de Projetos, ocorridas em meados de 2018, realizou-se aperfeiçoamento conceitual dos Planos Gerais de Atuação no âmbito do MPMG, passando a ser considerados portfólios perenes de projetos alinhados à estratégia institucional. A par disso, buscou-se a adequação do ciclo de vigência ao dispositivo da Lei Orgânica do MPMG que determina a revisão anual do Plano Geral de Atuação do Ministério Público¹, de modo que a partir deste ano de 2019 o Plano Geral de Atuação – Área Administrativa (PGA Administrativo) deixa de ter vigência bianual, passando suas versões a serem identificadas pelo ano da revisão.

2 – ACOMPANHAMENTO

A Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI), conforme previsto na Resolução PGJ n.º 10/2018, acompanhará a execução do PGA Administrativo. Ficará a cargo da Diretoria de Planos, Projetos e Programas

¹ Art. 19 da Lei Complementar nº 34/1994 do Estado de Minas Gerais.

Institucionais (DPIN) zelar pela atualização dos dados, cabendo aos gerentes de projeto a responsabilidade de manter atualizadas os registros acerca do planejamento, execução e encerramento dos projetos².

² Através da plataforma de gerenciamento de projetos (*Channel*).

Projetos

O presente Plano Geral de Atuação Administrativo 2019 contempla 34 projetos, distribuídos com a seguinte estrutura:

- Nome do projeto: sintetiza sua ideia central.
- Gerente: responsável pelo integral planejamento, condução da equipe e pelas atividades com foco no alcance dos objetivos do projeto.
- Justificativa: descrição sucinta do(s) problema(s) e/ou oportunidade(s) que justifica(m) o desenvolvimento do projeto e sua contribuição esperada para o alcance das diretrizes institucionais.
- Objetivo: o que se pretende realizar para resolver o problema central ou explorar a oportunidade identificada.
- Entrega/Quantidade: produto, bem ou serviço resultante das atividades do projeto com a respectiva correspondência da quantidade produzida ou executada no período de vigência do PGA.

1. Projeto Modernização da Folha de Pagamentos do MPMG

Gerente: Assessor do PGJAA

Objetivo: Dotar o MPMG de sistema único de gestão de folha de pagamento.

Justificativa: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais detém autonomia administrativa e financeira, e por isso desempenha rotinas de elaboração da folha de pagamento de seus colaboradores. A gestão da folha constitui um processo vital para toda e qualquer organização e deve estar o mais automatizado possível, para que sejam diminuídos os riscos que lhe são inerentes, seja ágil, tenha centralização de informações e de bases de dados, esteja mais facilmente sujeito a rigoroso controle, inclusive no plano de auditorias, e para que seja possível um consistente planejamento de gastos com pessoal.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Automação da Folha de Pagamento	1
Implementação do módulo de apoio	1

2. Projeto Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP)

Gerente: Superintendente de Finanças

Objetivo

Aperfeiçoar o Sistema de Concessão e Controle de Diárias e Passagens do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com revisão do fluxo de funcionamento e regras dos negócios.

Justificativa

A proposta da administração superior do Ministério Público de promover atualização permanente de informações e efetividade nos processos que envolvem a tomada de decisão, especialmente em atos que resultem no provimento dos meios necessários ao cumprimento da missão ministerial, exige o alinhamento entre as diversas instâncias gerenciais e de execução e a permanente busca de eficiência pelas áreas meio do *Parquet*.

Nesse contexto, a Procuradoria-Geral de Justiça utiliza sistemas corporativos até certo ponto satisfatórios à execução de suas principais rotinas operacionais, embora, em alguns casos, não favoreça a disponibilidade de informações gerenciais customizadas em tempo real e de forma permanente que permitam visão sistêmica e integrada dos negócios que visa organizar.

É o caso dos processos relacionados a diárias de viagens, os quais requerem, por quase consenso entre as instâncias da Procuradoria-Geral de Justiça, a necessidade de revisão. Atualmente, são verificadas falhas e até mesmo defasagem temporal das informações utilizadas nos processos de solicitação, autorização e concessão das diárias, apesar de sua relevante participação nos gastos da instituição e da existência de um sistema informatizado específico não condizente com os rigores de controle e alinhamento estratégico que deveriam seguir.

Assim, com vistas a dotar a Procuradoria-Geral de Justiça de um ambiente propício de informações que contemple, de forma integrada, as diversas visões e interesses atinentes às áreas meio e finalística na concessão de diárias, permitindo ainda atingir os propósitos de redução de custos e efetividade nesse tipo de gasto, é que se apresenta o projeto denominado Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP). Seu objetivo central é rever todos os fluxos relacionados às diárias de viagem e às despesas com locomoção.

A revisão contemplará desde os instrumentos normativos até o sistema informatizado propriamente dito, cuja atualização se tem mostrado extremamente necessária.

Sem os resultados esperados para o referido projeto, a Procuradoria-Geral de Justiça permanecerá com processos personificados de escolhas e concessões, com capacidade operacional para controle e execução extremamente onerosa, em que o fornecimento de dados gerenciais é de difícil obtenção e extemporâneo e, portanto, não condizente com os propósitos da atual administração, conforme foi ressaltado.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Revisão e modelagem dos processos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias e passagens	1
Ato regulamentar	1
Sistema de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias e passagens	1

3. Projeto Tramitação Direta de Inquéritos Policiais

Gerente: Assessor Especial do PGJAJ

Objetivo

Implantar a Tramitação Direta de Inquéritos Policiais entre as unidades do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e da Polícia Civil de Minas Gerais, via sistema informatizado.

Justificativa

Nos termos do inciso I do artigo 129 da Constituição da República, o Ministério Público é o titular da ação penal, sendo-lhe também conferida atribuição para exercer o controle externo da atividade policial, conforme inciso VII do art. 129 do texto constitucional. Por sua vez, são competências das polícias civis, dirigidas por delegados de Polícia, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, nos termos do artigo 144, § 4.º, da Constituição da República.

No sistema de persecução penal brasileiro, o delegado de Polícia exerce função de Estado dedicada à preservação de direitos e garantias fundamentais. Para tanto, é o inquérito policial instrumento adequado e legalmente previsto para a apuração de infrações penais, visando subsidiar a atuação persecutória do Ministério Público.

Não obstante tais disposições da Constituição da República de 1988, sempre que encaminhado pela Polícia Civil ao Ministério Público ou vice-versa, o inquérito policial circula pela estrutura do Poder Judiciário.

É necessário adequar a tramitação dos inquéritos policiais com vistas a conferir maior celeridade para a conclusão das investigações criminais. Esta situação é inclusive contemplada pelo projeto de novo Código de Processo Penal em curso no Congresso Nacional, que prevê o trâmite direto de inquéritos policiais.

De par com isso, tem-se a reserva de jurisdição para a análise das medidas constritivas de natureza acautelatória na fase da investigação criminal, preservadas as garantias constitucionais inerentes ao devido processo penal.

Nesse contexto, é necessário o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais se prepararem adequadamente para a nova sistemática de tramitação, de forma responsável e segura, mensurando os custos e as consequências para a Segurança Pública.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Expansão da tramitação direta para a comarca de Belo Horizonte	1
Análise da viabilidade de expansão da tramitação direta para a comarca de Contagem	1

4. Projeto Automação da Corregedoria

Gerente: Coordenadora da Superintendência da Corregedoria-Geral do MPMG

Objetivo

Aperfeiçoar os sistemas de informação e automatizar processos de trabalho da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Justificativa

Aprimoramento dos sistemas já existentes com o objetivo de se realizar correção e/ou implemento de novas funcionalidades, bem como a modernização do código-fonte dos sistemas já em operação, a fim de promover melhoras de usabilidade e aumento de compatibilidade com os demais sistemas da instituição.

Necessidade de novos sistemas para automatização de processos de trabalho até então desempenhado de forma manual com recursos básicos de informática (editores de texto).

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Melhorias em sistemas	4
Novos sistemas / Novos módulos	1

5. Projeto História Oral do MPMG

Gerente: Superintendente de Formação e Aperfeiçoamento

Objetivo

Resgatar a memória institucional e subsidiar a construção da história do Ministério Público do Estado de Minas Gerais mediante testemunhos de Procuradores-Gerais de Justiça do passado, transmitidos oralmente.

Justificativa

O projeto “História Oral” desenvolvido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional já produziu diversas gravações com os seguintes membros e ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público de Minas Gerais: Ruth Lies Scholte Carvalho – Procuradora de Justiça; Antônio de Padova Marchi Júnior – Procurador de Justiça; Manoel Divino de Siqueira – Procurador de Justiça; Joaquim Cabral Netto – Procurador de Justiça; Márcio Heli de Andrade – Procurador de Justiça; Afrânio Proença – Procurador de Justiça aposentado.

O projeto atual dá continuidade às entrevistas dos Procuradores-Gerais do passado e as lança em formato *DVD*, já que o material é de relevância institucional e se destina a resgatar, preservar e divulgar a história do Ministério Público de Minas Gerais.

A série de entrevistas a membros e a servidores do Ministério Público tem como objetivo captar e preservar seus testemunhos, ampliando a perspectiva dos fatos já documentados pelas vias tradicionais. Além disso, retrata situações e objetos que fizeram parte da história da instituição através de uma visão mais próxima e real.

O registro de fatos históricos encontrados em documentos e livros geralmente trata de maneira direta os acontecimentos, relacionando datas e nomes de maneira empírica. Uma visão mais subjetiva e não menos rica pode ser gerada graças ao contato com as pessoas que fizeram parte da história.

A formação de um portfólio nessa perspectiva proporciona aos estudiosos um material mais abrangente dos acontecimentos, além de ser útil aos demais membros e à sociedade em geral para que conheçam melhor a história do Ministério Público.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
DVDs História Oral	1000

6. Projeto *Wiki* Institucional

Gerente: Superintendente de Formação e Aperfeiçoamento

Objetivo

Organizar, gerenciar e compartilhar o conhecimento acerca das atribuições, atividades e rotinas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais por meio da tecnologia *Wiki*.

Justificativa

Atualmente, o conhecimento vem sendo considerado o principal ativo das organizações, que devem, então, buscar mecanismos que apoiem e estimulem a criação e a disseminação de conhecimento entre seus colaboradores.

Nessa linha, a ferramenta *wiki* propõe o desenvolvimento de ambiente colaborativo de criação de conteúdo por indivíduos que dele participam, ampliando o conhecimento individual por meio de diálogo, de discussões, do compartilhamento de experiências ou da observação.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Ferramenta <i>Wiki</i> disponibilizada	1

7. PEAD MPMG – Projeto de Modernização Administrativa – PROMAD MPMG

Gerente: Superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo: Tornar a estrutura operacional das promotorias de Justiça mais eficiente, por meio da padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas, bem como da organização da sua estrutura funcional.

Justificativa: A atual conjuntura fiscal de escassez de recursos tem exigido a diminuição de gastos e a otimização na aplicação dos recursos públicos. A crise fiscal está desencadeando a deterioração das condições de vida da sociedade, o que pode estar correlacionado ao aumento significativo da demanda social que exige mais esforços de atuação do Ministério Público, e, dessa forma, há duas forças pressionando a instituição em sentidos opostos: uma que exige a redução de gastos e outra que leva à alocação de mais recursos para fazer face às crescentes demandas sociais.

Em relação ao cenário financeiro, no período de 2010 a 2015, houve crescimento anual de 1,41% da participação do orçamento do MPMG na estimativa fiscal do Estado. Em 2012 e 2014, ocorreu significativa redução na participação do orçamento fiscal do Estado destinado ao MPMG. Aliada a essa limitação na participação orçamentária, a instituição atingiu em 2015 o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange às demandas sociais, observa-se que o crescimento das ações judiciais e extrajudiciais não vem sendo acompanhado pela elevação de recursos orçamentários aplicados no MPMG. Quanto às demandas extrajudiciais, entre 2010 e 2014, houve um crescimento médio anual de 36,76%, ao passo que os feitos judiciais distribuídos na 1.^a Instância tiveram um acréscimo médio anual de 4,21%.

A comparação entre a média de crescimento anual das demandas com a evolução média de participação do orçamento do MPMG no orçamento fiscal do Estado revela uma grande diferença. Enquanto a evolução da participação do orçamento do MPMG na estimativa do Estado avança 1,41% por ano, a demanda social tem crescido em média 36,76% na esfera extrajudicial e 4,21% no âmbito judicial. Há um abismo entre situação fiscal e crescimento de reivindicações.

Esse cenário exige da instituição fazer cada vez mais com menos recursos. Por isso, é imprescindível o planejamento do Ministério Público para manutenção do equilíbrio de suas contas. Esse planejamento perpassa a padronização e a otimização das rotinas que sustentam o dia a dia laboral da instituição, de modo a minimizar desperdícios, ineficiências e gargalos que consomem meios. Dessa forma, a otimização dos processos de

trabalho contribui com a redução da saída de recursos, sem deixar de fazer frente às crescentes necessidades sociais com eficácia e eficiência. Ademais, a racionalização das rotinas de trabalho propicia a redução de custos operacionais e é uma oportunidade para contornar a situação de restrição orçamentária.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Mapeamento das rotinas da área-meio	
Revisão das rotinas de trabalho da área-meio	

8. PEAD MPMG – Projeto de Padronização e Organização Administrativa das Procuradorias e Promotorias de Justiça – PROPAD

Gerente: Superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo: Tornar a estrutura operacional das promotorias de Justiça mais eficiente, por meio da padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas, bem como da organização da sua estrutura funcional.

Justificativa: A atual conjuntura fiscal de escassez de recursos tem exigido a diminuição de gastos e a otimização na aplicação dos recursos públicos. Por outro lado, essa crise fiscal está desencadeando a deterioração das condições de vida na sociedade, o que pode estar correlacionado ao aumento significativo da demanda social que exige mais esforços de atuação do Ministério Público. Nesse sentido, há duas forças pressionando a instituição em sentidos opostos: uma que exige a redução de gastos e outra que leva à alocação de mais recursos para fazer face às crescentes demandas sociais.

Com relação ao cenário financeiro, a evolução da participação do orçamento aprovado para o MPMG no orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais no período de 2010 a 2015, houve crescimento anual de 1,41% da participação do orçamento do MPMG no orçamento fiscal do Estado. Em 2012 e 2014, ocorreu significativa redução na participação do Orçamento aprovado ao MPMG no Orçamento Fiscal do Estado. Aliada a essa limitação na participação orçamentária, a instituição atingiu em 2015 o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange às demandas sociais, observa-se que o crescimento das demandas judiciais e extrajudiciais não vem sendo acompanhadas pela elevação de recursos orçamentários aplicados no MPMG. Quanto às demandas extrajudiciais, entre 2010 e 2014 houve um crescimento médio anual de 36,76%, ao passo que os feitos judiciais distribuídos na 1ª Instância contou com um acréscimo médio anual de 4,21%.

Ao compararmos a média de crescimento anual das demandas com a evolução média de participação do orçamento de MPMG no orçamento fiscal do Estado, verifica-se uma grande diferença. Enquanto a evolução da participação do orçamento do MPMG no orçamento do Estado avança 1,41% por ano, a demanda social tem crescido em média 36,76% na esfera extrajudicial e 4,21% no âmbito judicial. Há um abismo entre situação fiscal e o crescimento da demanda.

Esse cenário exige da instituição fazer cada vez mais com menos recursos. Por isso, é imprescindível o planejamento do Ministério Público para manutenção do equilíbrio de suas contas. Esse planejamento perpassa a padronização e otimização das rotinas que sustentam o dia-a-dia de trabalho da instituição, de modo a minimizar desperdícios, ineficiências e gargalos que consomem recursos. Nesse sentido, a otimização dos processos de trabalho contribui na redução da demanda de recursos, sem deixar de fazer frente às crescentes demandas sociais com eficácia e eficiência. Ademais, a racionalização das rotinas de trabalho propicia a redução de custos operacionais e é uma oportunidade para contornar a situação de restrição orçamentária.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Mapeamento das rotinas de apoio administrativo das Procuradorias e Promotorias de Justiça do MPMG	

9. Projeto Gestão Automatizada do Planejamento Estratégico

Gerente: Superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo

Implantar, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ferramenta integrada de planejamento e gestão estratégica, gestão de projetos, processos e portfólios, possibilitando maior controle do portfólio de projetos e da gestão estratégica da Instituição.

Justificativa

A gestão estratégica institucional contempla o conjunto de pessoas e ferramentas utilizadas no processo de alinhamento, implantação, monitoramento, avaliação e comunicação do plano estratégico da organização. Para o ciclo de planejamento 2010-2023, foi construído o mapa estratégico no qual consta objetivos, indicadores e iniciativas com o propósito de direcionar a agenda da gestão da instituição.

A fim de viabilizar os objetivos estratégicos, bem como o contínuo e efetivo monitoramento da execução das ações planejadas, entendeu-se necessária uma infraestrutura formada por ferramenta automatizada e metodologia de trabalho que permita às áreas do MPMG a devida gestão dos projetos estratégicos sob sua responsabilidade.

Os projetos estratégicos definidos pelo MPMG estão diretamente vinculados aos objetivos de natureza complexa e transversal; e essa situação envolve recursos e pessoas de setores diversos, o que implica a carência de ambiente uno no qual as informações de cada projeto possam ser registradas e devidamente acompanhadas pelos envolvidos.

Uma ferramenta de gestão corporativa de portfólio de projetos proverá o MPMG da capacidade de implementação e monitoramento dos fluxos básicos de operações e projetos. Dada a natureza dos projetos, é crucial que o MPMG conquiste a capacidade de automatizar, organizar e gerir seu planejamento estratégico, incluindo os desdobramentos e planos e portfólios setoriais, a fim de que se acompanhem o desempenho e o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Curso EAD de Gerenciamento de Projetos com Channel	1

10. Projeto Gestão de Documentos: Elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade – Área meio

Gerente: Superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo

Elaborar o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade da Área Meio do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

A partir da elaboração, aprovação e publicação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade – Área Meio, a recuperação da informação ocorrerá de forma rápida e eficiente, uma vez que proporcionará a organização dos documentos de arquivo de forma estruturada, de acordo com as funções, atividades e documentos produzidos e acumulados pela instituição.

Os referidos instrumentos arquivísticos permitem a eliminação de documentos desprovidos de valor informativo e probatório e possibilitam a conservação dos documentos de guarda permanente garantindo a preservação da memória institucional. A aplicação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade permitirá a racionalização do uso dos arquivos, com a diminuição da massa documental acumulada, otimização do espaço físico das unidades administrativas.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019	Quantidade 2020
Levantamento de legislações e normas que regem a matéria	1	-
Mapeamento e definição de funções, subfunções e atividades exercidas no MPMG	1	-
Levantamento de espécies e tipos de documentos	-	1
Plano de Classificação de Documentos	-	1
Avaliação das espécies e tipos de documentos	-	1
Definição de prazos de guarda e destinação final de documentos	-	1
Tabela de temporalidade de documentos	-	1

11. Projeto Gestão de Documentos: Elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade – Atuação Extrajudicial

Gerente: Superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo

Elaborar o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade – Atuação Extrajudicial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

A partir da elaboração, aprovação e publicação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade – Atuação Extrajudicial, a recuperação da informação ocorrerá de forma rápida e eficiente, uma vez que proporcionará a organização dos documentos de arquivo de forma estruturada, de acordo com as funções, subfunções, atividades e documentos produzidos e acumulados pela instituição.

Os referidos instrumentos arquivísticos permitem a eliminação de documentos desprovidos de valor informativo e probatório e possibilitam a conservação dos documentos de guarda permanente garantindo a preservação da memória institucional. A aplicação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade permitirá a racionalização do uso dos arquivos, com a diminuição da massa documental acumulada e a otimização do espaço físico das Promotorias de Justiça.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019	Quantidade 2020
Levantamento de legislações e normas que regem a matéria	1	-
Mapeamento e definição de funções, subfunções e atividades exercidas no MPMG	1	-
Levantamento de espécies e tipos de documentos	1	-
Plano de Classificação de Documentos	-	1
Avaliação das espécies e tipos de documentos	-	1
Definição de prazos de guarda e destinação final de documentos	-	1
Tabela de temporalidade de documentos	-	1

12. Projeto Revisão do Planejamento Estratégico

Gerente: Superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo

Realizar revisão do Plano Estratégico MPMG 2010-2023 de modo a verificar a necessidade de ajustes das diretrizes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais diante das mudanças de cenários interno e externo.

Justificativa

A atuação ministerial produz impactos na sociedade assim como as variações do ambiente externo causam reflexos na Instituição. Os cenários fiscalizam constantemente e os objetivos institucionais a serem perseguidos devem acompanhar as transformações. Assim, é de suma importância que, ao final de períodos previamente definidos, realize-se análise que identifique se os objetivos traçados foram alcançados ou se alterações devem ser introduzidas para ajuste das diretrizes estratégicas.

Para tanto, a Resolução PGJ n.º 72/2012 regulamenta os ciclos de revisão dos instrumentos de Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Estabelece que o Plano Estratégico do MPMG 2010-2023 tem ciclo de revisão quadrienal, vigência de 13 anos com início em julho de 2010, e é composto dos itens Missão, Visão de futuro, Valores, Resultados para a sociedade, Macro-objetivos e objetivos e iniciativas estratégicas institucionais, que retratam a proposta de trabalho do MPMG, tanto na atividade-fim quanto na área administrativa, no horizonte de 2023.

A Resolução PGJ n.º 48/2014 atribui à Coordenadoria de Planejamento Institucional a competência para promover as revisões do Plano Estratégico e do Planejamento Estratégico em conformidade com os atos normativos pertinentes.

Diante disso, propõe-se a revisão do Planejamento e Gestão Estratégica 2010-2023 com vistas a cumprir a mencionada determinação legal.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Grupo de trabalho instituído	1
Plano de Projeto definido	1
Diagnósticos realizados (stakeholders, sociedade, interno)	3
Mapa revisado	1
Indicadores e metas revisados	1

13. Projeto Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Gerente: Superintendente de Planejamento e Coordenação

Objetivo

Implementar a tramitação eletrônica de expedientes, objetivando a eficiência administrativa advinda da melhoria no desempenho dos processos de trabalho do Ministério Público, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência e redução de custos.

Justificativa

A utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) possibilitará a gestão de processos e documentos eletrônicos, ensejando a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real, por se tratar de práticas inovadoras no setor público.

Acessível via *web*, permitirá o trabalho a distância bem como gerenciará o acesso de usuários externos aos expedientes administrativos que lhes digam respeito.

Viabilizará, ainda, o acesso simultâneo de várias unidades administrativas aos expedientes em tramitação e o acesso restrito e sigiloso só às unidades envolvidas e a usuários específicos.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Capacitar usuários da 2ª etapa	1
Disponibilizar ambiente de produção para unidades da 2ª etapa	1
Capacitar usuários da 3ª etapa	1
Disponibilizar ambiente de produção para unidades da 3ª etapa	1
Capacitar usuários da 4ª etapa	1
Disponibilizar ambiente de produção para unidades da 4ª etapa	1

14. Projeto Inteligência Gerencial – Criminal

Gerente: coordenador do Gabinete de Segurança e Inteligência

Objetivo

Desenvolver o módulo da ferramenta de *Business Intelligence* para subsidiar a atuação finalística qualificada.

Justificativa

A necessidade premente de implementação de processos de coleta, organização, análise, monitoramento e compartilhamento em base consolidada de informações que ofereçam suporte à tomada de decisões e à construção das políticas institucionais que proporcionem o alcance das metas propostas e o cumprimento da missão do MPMG.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Módulo da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> desenvolvido para gerar “Visão Criminal”	1
Padronização de processo de trabalho de monitoramento e atualização dos dados no Tableau – carga	1

15. Projeto Inteligência Institucional

Gerente: coordenador do Gabinete de Segurança e Inteligência

Objetivo

Implementar a política e o Sistema de Inteligência Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais levando em conta a Resolução CNMP n.º 156, de 13 de dezembro de 2016, publicada em 14 de fevereiro de 2017, que instituiu a Política de Segurança Institucional (PSI) e o Sistema Nacional de Segurança (SNS) do Ministério Público.

Justificativa

A fim de integrar ações de planejamento e de segurança institucional no âmbito do Ministério Público e garantir o pleno exercício das suas atividades, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) recomendou a todos os ramos do Ministério Público brasileiro que reavaliassem suas políticas e estratégias de segurança institucional, incluindo sua vertente de contrainteligência.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Doutrina de inteligência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	1
Portfólio de capacitações de integrantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	1
Manual de Operações de Inteligência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	1

16. Projeto Segurança Institucional

Gerente: coordenador do Gabinete de Segurança e Inteligência

Objetivo

Elaborar e implementar a Política de Segurança Institucional e o Plano de Segurança Institucional / Plano de Segurança Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução CNMP n.º 156/2016, publicada em 14 de fevereiro de 2017, que institui a Política de Segurança Institucional do Ministério Público e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

Justificativa

A fim de integrar ações de planejamento e de segurança institucional no âmbito do Ministério Público e garantir o pleno exercício das suas atividades, o CNMP recomendou que todos os ramos do Ministério Público brasileiro reavaliassem suas políticas e estratégias de segurança institucional.

Desse modo, a Procuradoria-Geral de Justiça iniciou ampla reavaliação de uma política uniforme e padronizada que atenda plenamente as necessidades de segurança pessoal, patrimonial e da informação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Grupo de chaves criptográficas (certificados de protocolo Open PGP) para PGJ, Administração Superior e 18 macroestruturas finalísticas (CAOs e Coordenadorias Estaduais)	2
Ato Normativo instituindo a Política de Segurança Institucional do MPMG	1
Relatório de Análise de Risco de Segurança Institucional do MPMG - Geral	1
Plano de Segurança Institucional - Geral	1

17. Projeto SCI a seu dispor

Gerente: Superintendente de Comunicação Integrada

Objetivo

Disseminar a relevância estratégica da boa comunicação institucional e o papel da Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em sua promoção.

Justificativa

O desenvolvimento de trabalhos de divulgação da atuação do Ministério Público de Minas Gerais, tanto para o público externo quanto para o público interno, tem encontrado barreiras dentro da própria instituição, seja pelo não reconhecimento da comunicação como atividade estratégica da organização, seja pelo desconhecimento sobre a

atuação e os serviços oferecidos pela Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (SCI).

Editado inicialmente com o nome de “Fortalecimento da comunicação institucional”, o projeto foi alvo de readequações que o qualificaram a integrar o “Programa Comunicação e Relacionamento” de forma a contemplar ações de divulgação e esclarecimento de dúvidas sobre atribuições, produtos e serviços oferecidos pela SCI, bem como para uma utilização mais assertiva do suporte técnico da assessoria de comunicação aos integrantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Apresentação da SCI nos encontros regionais	-
Apresentação da SCI em cursos de formação de promotores de Justiça substitutos realizados	-
<i>Media training</i> para integrantes da administração superior	-
Campanha de divulgação dos serviços da SCI	1

18. Projeto Portais do MPMG

Gerente: Superintendente de Comunicação Integrada

Objetivo

Padronizar e organizar o acesso aos serviços e informações disponíveis nos portais de internet e de intranet do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

Em 2012, o portal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) passou por uma reestruturação na arquitetura de informação juntamente com a aquisição e implementação de ferramenta capaz de suportar todo o processo de organização, publicação e atualização de conteúdos através de modelos predefinidos de *leiaute*.

Passados cinco anos, é possível constatar que algumas funcionalidades no contexto público (internet) e restrito (intranet) ainda não contemplam formatos que supram a adequação e a padronização desejadas pelo MPMG. A existência de múltiplos recursos de acesso torna o processo complexo, o que justifica a necessidade de modernização e reestruturação dos portais do MPMG.

Pretende-se que o acesso a informações, serviços e notícias disponíveis nos portais de internet e de intranet do MPMG seja uma interface uniforme e mais amigável aos diversos públicos, garantindo maior agilidade e favorecendo o compartilhamento entre diferentes setores da instituição e a sociedade.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Remodelamento do Portal da Intranet	1
Remodelamento do Portal de Internet	1
Capacitação de usuários do Portal de Intranet	1

19. Projeto Sede Própria de Alfenas

Gerente: Superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Alfenas.

Justificativa

A necessidade de melhoria e espaço suficiente para as instalações das promotorias de Justiça das instalações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Alfenas, garantindo funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Instalações	1
Acabamento	1

20. Projeto Sede Própria de Governador Valadares

Gerente: Superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Governador Valadares.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Governador Valadares, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Instalações	1
Acabamento	1

21. Projeto Sede Própria de Ipatinga

Gerente: Superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Ipatinga.

Justificativa

Tornou-se necessária a melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Ipatinga, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços .

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019	Quantidade 2020
Projeto Arquitetônico aprovado na Prefeitura	1	1
Projetos Complementares Licitados		1
Projetos Complementares 100%		1

22. Projeto Sede Própria de Patos de Minas

Gerente: Superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Patos de Minas.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Patos de Minas, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Estrutura	1
Alvenaria	1
Instalações	1
Acabamento	1

23. Projeto Sede Própria de Visconde do Rio Branco

Gerente: Superintendente de Engenharia e Arquitetura

Objetivo:

Construir sede própria das promotorias de Justiça de Visconde do Rio Branco.

Justificativa

A necessidade de melhoria das instalações das promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na comarca de Visconde do Rio Branco, garantindo espaço e funcionalidade à prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 201
Fundação, estrutura, alvenaria, instalações.	
Acabamento	

24. Projeto Sistema de Gestão de Adiantamentos Diversos (SIGAD)

Gerente: Superintendente de Finanças

Objetivo

Racionalizar e informatizar a Gestão dos Adiantamentos Diversos da PGJ.

Justificativa

Os procedimentos de concessão de adiantamentos diversos no âmbito da Instituição são executados de forma manual com formulários elaborados em editores de texto e com controles em planilhas eletrônicas.

A prestação de contas é encaminhada à Diretoria de Contabilidade (DCON) em duas etapas. Na primeira etapa, há o envio de fax ou de e-mail dos documentos. Na segunda etapa, são encaminhados via Correios os originais para análise e conferência da DCON. Ao final do processo, os documentos são arquivados na DCON.

Todo este caminho manual torna o processo bastante moroso, aumentando o custo do controle e ainda o não atendimento às normas do CNMP.

Em atendimento à Resolução CNMP n.º 86/2012, que determina a identificação individualizada de cada gasto, com justificativa sucinta para publicação no Portal da Transparência do MPMG, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, torna-se necessária a criação de processos automatizados de solicitação de adiantamentos diversos, incluindo despesa miúda de pronto pagamento, prestação de contas, incorporando a digitalização de comprovantes da despesa e documentos de devolução de saldo não utilizado, todos originais.

Além de atendimento aos dispositivos legais, é premente a necessidade de aprimorar e agilizar a gestão orçamentária e financeira com ferramentas de informática próprias capazes de fornecer relatórios estruturados e consultas gerenciais globais e individualizadas, automatizando o processo e acelerando as informações. O aprimoramento dos processos de pagamentos com integração à realidade das ferramentas de comunicação disponibilizadas pelo atual quadro de desenvolvimento tecnológico implicará redução do tempo gasto pelos servidores e do consumo desnecessário de materiais.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Implantação do cartão de pagamento (parcial)	1
Revisão de atos normativos	1
Guia prático de concessão de adiantamentos	1

25. Projeto Sistema de Gestão de Terceirizados

Gerente: Superintendente de Gestão Administrativa

Objetivo

Dotar o Ministério Público do Estado de Minas Gerais de sistema unificado para gestão de terceirizados, tornando a informação mais ágil e segura e concedendo nova dinâmica aos respectivos controles financeiros, operacionais e contratuais.

Justificativa

Em 2014, a Diretoria de Estrutura e Processos Organizacionais (DEPO), integrante da estrutura orgânica da COPLI, realizou um estudo técnico dos procedimentos de trabalho executados na Divisão de Serviços Gerais (DISEG), unidade de apoio administrativo que tem por finalidade planejar, coordenar, orientar, controlar, avaliar e diligenciar a prestação dos serviços terceirizados de natureza continuada no âmbito da instituição.

Na conclusão do trabalho, foram identificados problemas enfrentados pela unidade organizacional, entre os quais:

- excesso de atividades para realização de trabalho;
- dificuldade e dispêndio de tempo na consolidação das informações e checagem das notas fiscais;
- dificuldade na análise de Convenções Coletivas de Trabalho e repactuações contratuais;
- dificuldade e dispêndio de tempo na elaboração de Termo de Referência de processo licitatório para contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados.

Entre as causas apuradas, identificou-se que todos os controles internos da DISEG necessários à execução de suas competências se realizam por meio de planilhas eletrônicas que são mais suscetíveis a erros e implicam maior dispêndio de tempo na consolidação e na conferência dos dados, além de passíveis a eventuais perdas dos arquivos.

Assim, propõe-se a implantação de um sistema informatizado para a gestão dos contratos de prestação de serviços terceirizados que, entre outras funcionalidades, faça cadastro, acompanhamento das movimentações e avaliações dos funcionários terceirizados, solicitações e cálculos das diárias de viagens, controle da conta vinculada, cálculos de reajuste, revisão e repactuação de preços, faturamento de prestação de serviços e a respectiva checagem das notas fiscais apresentadas pelas empresas. Esta se apresenta, pois, como a ação de maior impacto para o incremento da eficácia nas atividades de controle dos serviços terceirizados.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Mapeamento módulo de custos	1
Estratégia de definição de cronograma dos demais módulos	1

26. Projeto Gestão de Transportes

Gerente: Superintendente de Logística e Serviços

Objetivo

Reestruturar e modernizar a Divisão de Transportes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Justificativa

Criada pela Resolução PGJ n.º 02, de 12 de janeiro de 2011, a Divisão de Transportes (DITRA) é uma unidade de apoio administrativo subordinada técnica e administrativamente à Diretoria de Serviços Gerais e Transportes que, por sua vez, integra a estrutura da Superintendência de Logística e Serviços

Compete à DITRA planejar, coordenar, orientar, controlar e executar atividades relativas aos serviços de transportes de interesse institucional.

Cabe à DITRA gerenciar uma frota de 215 veículos, sendo 113 próprios e 102 locados, além de 123 motoristas terceirizados e 11 efetivos. Todo o controle de movimentação de frota de veículos e motoristas é feito através de um precário sistema informatizado desenvolvido há mais de 15 anos em ACCESS e por meio de planilhas, registros manuscritos, *e-mails*, que geram dispêndio de tempo utilizado na recuperação e na consolidação dos dados e favorecem a ocorrência de falhas.

Em dezembro de 2014, a Diretoria de Estrutura e Processos Organizacionais (DEPO), em atendimento à demanda da Superintendência de Comunicação Integrada (SCI), apresentou estudo sobre os controles de circulação de veículos da Divisão de Transportes, em que recomendava, entre outras providências a serem adotadas, a implantação de um sistema informatizado para recebimento, registro e controle de solicitações de deslocamentos.

As atribuições a cargo desta Divisão são desenvolvidas por meio de 56 processos de trabalho distintos, que se estendem a 296 Promotorias de Justiça no interior do Estado e a 31 unidades descentralizadas da Capital. A coordenação da unidade, durante o ano de 2016, apurou que as informações e os dados se encontravam fragmentados em planilhas, registros, manuscritos, *e-mails* e *softwares*. Nesse contexto, ressalta-se que são necessários grandes esforços individuais para controlar atividades, bens, recursos financeiros e serviços atribuídos à DITRA.

Relatório da Auditoria Interna, de 2.9.2016, aponta fragilidade e/ou ausência de controle gerencial das atividades inerentes à DITRA e sugere a integração das informações existentes para que adquiram qualidade e sejam as mesmas utilizadas no planejamento e na execução das atividades da unidade, a fim de desempenhar suas funções de forma satisfatória.

Atualmente, a DITRA administra 16 contratos, quatro deles referentes à gestão e ao controle de frota (condutores, locação de veículos, manutenção e combustível), que absorvem juntos 85% do orçamento a ela direcionado. Em 2016, o orçamento da Divisão de Transportes do Ministério Público de Minas Gerais foi de R\$ 7,7 milhões; e para 2017 foi de R\$ 10,4 milhões.

Este projeto foi elaborado por se entender que o vultoso orçamento administrado pela DITRA torna urgente o aprimoramento da gestão dos serviços de transportes no MPMG, a qual se apresenta complexa por envolver numerosas rotinas e gerar expressiva quantia de documentos, sendo necessária a adoção de mecanismos aptos a suportar a padronização e a sistematização de fluxos de trabalho e de viabilizar a leitura de dados. Essa medida proporciona racionalização no cumprimento das tarefas, um controle mais efetivo e, principalmente, otimização do emprego dos ativos financeiros e materiais alocados na DITRA, o que resulta em economia de recursos e melhora na prestação de serviços.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Implantação do sistema de agendamentos	1
Capacitação de usuários do sistema de agendamentos	1

27. Implantação do eSocial do MPMG

Gerente: Superintendente de Recursos Humanos

Objetivo:

Implantar, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o e-Social: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

Justificativa

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) foi instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, sendo de utilização obrigatória por todos os empregadores, na forma, termos e prazo estabelecidos por seu Comitê Diretivo.

Em 29 de novembro de 2017 foi editada a Resolução do Comitê Deliberativo do eSocial nº 03 que alterou o cronograma de implantação estabelecido pela Resolução nº 02 do mesmo órgão, estando prevista a obrigatoriedade gradativa da utilização do eSocial pelos entes públicos em relação ao seu quadro de pessoal, a partir de janeiro de 2019.

Desta forma, impõe-se a adoção de medidas hábeis a possibilitar a preparação de ambiente, sistemas e dados internos do MPMG a fim de se opere, a tempo e modo, a transmissão das informações exigidas pelo eSocial.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Capacitação das áreas e unidades envolvidas na implantação	1
Adaptação dos sistemas informatizados das áreas envolvidas	1

Sistema de maloteria para retirada de dados do FPW	1
Envio das informações para o eSocial (dados do órgão, dados dos servidores, folhas de pagamento, substituição da GFIP, dados de segurança e saúde)	5

28. Projeto Gestão por Competências MPMG

Gerente: Superintendente de Recursos Humanos

Objetivo

Aprimorar o sistema de gestão de pessoas com foco em resultados, intensificando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como valorizar e motivar membros e servidores por meio de uma metodologia de gestão moderna e de evolução permanente.

Justificativa

Considerando que se trata de projeto de longo prazo, definido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como meta de implantação do modelo de gestão por competências nas Unidades Ministeriais de todo o país, bem como por se referir a recomendação do Tribunal de Contas da União, a implementação do modelo importará nos seguintes benefícios:

- melhoria no desempenho dos colaboradores;
- identificação das necessidades de treinamentos;
- alinhamento dos objetivos e metas da organização e da equipe;
- redução da subjetividade na seleção e avaliação de pessoas;
- melhoria no relacionamento entre gestores e liderados;
- melhoria da motivação e do compromisso;
- extração do máximo de produtividade de cada colaborador.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Trilhas de aprendizagem das competências comuns elaboradas (relatório)	1
Competências específicas e gerenciais definidas (relatório)	1

29. Projeto UNO

Gerente: Superintendente de Tecnologia da Informação

Objetivo:

Otimizar e uniformizar a gestão, o registro e a disponibilização de informações no SRU Judicial por meio de evoluções tecnológicas e funcionais do sistema.

Justificativa

A necessidade de evolução tecnológica e funcional da versão atual do sistema.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019	Quantidade 2020
Homologação do sistema	1	-
Desenvolvimento de novas funcionalidades – 2ª onda	1	-
Modelos de treinamentos virtuais	1	-
Treinamentos virtuais	-	1

30. Projeto Procedimento Extrajudicial Eletrônico

Gerente: Superintendente dos Órgãos Colegiados

Objetivo

Pesquisar, desenvolver/adotar e implantar um sistema de informação capaz de reproduzir todo o procedimento extrajudicial em meio eletrônico, substituindo o registro dos atos processuais realizados no papel por armazenamento e manipulação dos autos em meio digital, com funcionalidades produtivas que permitam otimizar o trabalho nas promotorias de Justiça.

Justificativa

A existência de estrutura tecnológica já desenvolvida para implementação do processo judicial eletrônico bem como os reflexos positivos esperados da substituição do registro dos atos processuais realizados em meio físico por armazenamento e manipulação dos autos em meio digital demonstram ser oportuna e conveniente a implementação do projeto Procedimento Extrajudicial Eletrônico. Tal medida possibilitará: prover informações de fácil acesso sobre

os documentos produzidos nos procedimentais extrajudiciais; promover a substituição do uso de papel em favor dos registros e documentos em meio eletrônico; racionalizar, com ferramentas produtivas, os serviços extrajudiciais reduzindo o tempo de tramitação dos procedimentos extrajudiciais; melhorar a distribuição de tarefas e de recursos humanos nas promotorias e unidades do MPMG; reduzir os custos de instrução dos feitos extrajudiciais (impressão em papel, tóner, correios, espaço físico, hora de trabalho do servidor), entre outras vantagens.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019	Quantidade 2020
Relatório Final de mapeamento, modelagem e otimização de processos de trabalho das promotorias de Justiça	1	-
Ato regulamentar do procedimento extrajudicial eletrônico	1	-
Sistema de Procedimento Extrajudicial Eletrônico	-	1
Capacitações de equipe de suporte e usuários	-	3

31. Projeto Gestão de Saúde Ocupacional

Gerente: coordenador do Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional

Objetivo

Desenvolver, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, projeto-piloto com vistas a nortear a implementação de ações nas áreas da qualidade de vida e da promoção da saúde e prevenção de doenças de seus integrantes.

Justificativa

Nos dias atuais, vários autores (VASCONCELOS, 2001; FERREIRA, 2009; SILVA *apud* LIMONG-FRANÇA, 2009) atribuem o continuado interesse pela promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho a uma nova realidade social na qual se destacam o aumento da expectativa de vida, o aumento do tempo que o homem nas sociedades contemporâneas dedica às atividades produtivas, à maior consciência do direito à saúde e às discussões sobre responsabilidade social corporativa, entre outros. Assim, a adoção de programas de qualidade de vida no trabalho e promoção da saúde proporciona ao indivíduo maior resistência ao estresse, maior estabilidade emocional, maior motivação, maior eficiência no trabalho e melhor autoimagem. Além disso, a instituição é beneficiada com uma força de trabalho mais saudável, com menor absenteísmo/rotatividade, menor número de acidentes, menor custo de saúde assistencial, maior produtividade, melhor imagem e, por último, um melhor ambiente de trabalho (SILVA; DE MARCHI, 1997).

A Norma Regulamentadora n.º 7 (NR-7) da Portaria n.º 3.214/1978 estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). O PCMSO é um programa médico que tem caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Ele inclui a realização obrigatória dos exames médicos admissionais, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional além de exames complementares.

O projeto “Gestão de Saúde Ocupacional” busca avaliar aspectos da qualidade de vida que estejam diretamente relacionados à saúde do indivíduo. O público-alvo (promotores de Justiça substitutos empossados na segunda chamada do LIV Concurso de ingresso na carreira do MPMG) e o período de avaliação de 1 ano foram determinados por se considerar que o primeiro ano de exercício dos promotores substitutos seja acompanhado de dificuldades, pois nesse período eles estarão passando por adaptações e mudanças de hábitos nas comarcas onde estiverem lotados. Considera-se que os resultados alcançados com a execução desse projeto poderão ser usados como suporte ao planejamento e à implementação de outras iniciativas voltadas para a promoção da qualidade de vida no trabalho no âmbito do MP em atenção ao que determina a NR-7.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
2ª Avaliação médica, fisioterapêutica e psicológica do empossados no LV concurso	1
Relatório analítico da qualidade de vida dos promotores de Justiça empossados no LV concurso após um ano de efetivo exercício	1

32. Projeto Sistema de Fiscalização Eletrônica do Procon-MG

Gerente: coordenador do PROCON/MG

Objetivo

Automatizar a rotina de trabalho que envolve o ato fiscalizatório das relações de consumo, gerando celeridade e eficiência a todo o procedimento desde a saída do fiscal a campo até a lavratura do auto e a sua entrega à autoridade administrativa do Procon-MG.

Justificativa

O Procon-MG, órgão de administração do Ministério Público, vinculado diretamente à Procuradoria-Geral de Justiça, exerce a coordenação da política do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe, entre outras atribuições, fiscalizar as relações de consumo e aplicar as sanções e penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11.09.1990, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor.

Atualmente, a fiscalização é efetuada por agentes fiscais, oficialmente credenciados, designados entre os servidores do Ministério Público lotados nas Promotorias de Justiça que atuam na Defesa do Consumidor da capital e do Interior, conforme o disposto na Resolução PGJ nº 11/2011.

Os fiscais vão a campo com um formulário impresso, referente ao tipo de estabelecimento a ser fiscalizado, a maioria em formato de check-list (listas de verificação), que são preenchidos manualmente no momento da fiscalização

(<http://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/consumidor/fiscalizacao/formularios-de-fiscalizacao/formularios-de-fiscalizacao.htm>).

Após o preenchimento dos formulários, ocorre a lavratura do auto, também de forma manuscrita, utilizando-se de papel carbono, sendo a 2ª (segunda) via entregue ao fiscalizado, o original ao promotor solicitante e uma cópia arquivada no setor.

Finalizada a fiscalização, é feito o registro manual das informações (como por exemplo, o fornecedor fiscalizado, a área/segmento, a data da fiscalização, o número do auto lavrado, o resultado da fiscalização, se constatação, autuação, apreensão, coleta...) no Sistema de Apoio ao Procon-MG (SAP). Porém esse sistema não atende os municípios do interior do Estado e possui algumas falhas na recuperação de dados, o que não permite obtenção de dados estatísticos imediatos e confiáveis, de acordo com a responsável pela Divisão de Fiscalização.

Assim, espera-se como resultado deste Projeto a automatização de toda a rotina de trabalho que envolve o ato fiscalizatório, gerando celeridade e eficiência a todo o procedimento.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019	Quantidade 2020	Quantidade 2021
Relatórios de visitas técnicas em órgãos de fiscalização	1	-	-
Processo licitatório para contratação da solução de TI	-	1	-
Sistema de Fiscalização Eletrônica desenvolvido e homologado	-	-	1
Treinamento de usuários	-	-	1

33. Projeto Sistema de Gestão de Centros de Custos – Projeto suspenso

Gerente: Superintendente de Finanças

Objetivo

Implementar o Sistema de Informações de Centro de Custos no MPMG.

Justificativa

Complexidade do tema no que tange à mensuração e à evidenciação dos custos no setor público.

Necessidade da implantação do Sistema de Informações de Custos, tendo em vista a inexistência de ferramentas que possam subsidiar a tomada de decisões dos gestores quanto à utilização eficiente dos recursos públicos.

Atender às seguintes determinações legais:

- Lei 4320/1964;
- Art. 50 da Lei Complementar 101/2000 no que tange ao acompanhamento da Gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Norma Brasileira de Contabilidade NBC-T 16.11, aprovada pelo CFC através da Resolução 1.366/2011, que torna obrigatória a todas as entidades do setor público a criação de Subsistema de Informações de Custos;
- Portarias 437/2012 e 634/2013 da STN que dispõem sobre a produção de informações de custos pelo setor público;
- Acordo de Resultados da Ação Nacional Estruturante;
- Minuta da Resolução instituindo a Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do CNMP e do MP brasileiro.

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Projeto suspenso	

34. Projeto Digitalização da Massa Documental – Projeto suspenso

Gerente: Superintendente de Recursos Humanos

Objetivo

Organizar, digitalizar e indexar os documentos referentes a pasta funcional, folha de pagamento, pareceres, decisões e demais documentos da Superintendência de Recursos Humanos (Diretoria de Pessoal do Ministério Público (DPMP), Diretoria de Pessoal Administrativo (DPAD), Diretoria de Pagamento de Pessoal (DPAG), Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH), Assessoria Psicossocial (ASPIS) e Central de Atendimento e Orientação de Pessoal (CAOP) e de parte da massa documental da Superintendência Administrativa (SAD).

Justificativa

A Superintendência de Recursos Humanos (SRH) é responsável por registrar e gerenciar todos os documentos relativos à vida funcional dos membros e dos servidores, bem como todas as determinações e históricos de pagamentos. Atualmente, só a folha de pagamento gerencia cerca de 5 mil pessoas, considerando-se 2.900 servidores e 1.011 membros na ativa, além de pensionistas e inativos.

As pastas funcionais guardam dados cadastrais, movimentação na carreira, afastamentos, vantagens, benefícios, aposentadoria, entre outros. Não existem critérios bem definidos de organização de busca e registro de histórico que garantam a segurança dos documentos, correndo-se o risco de perda de informação.

Assim, a conversão dos documentos relativos à vida funcional dos membros e servidores do MPMG para o formato digital se apresenta como ação de grande impacto para o incremento da eficácia nas atividades da SRH, na medida em que:

- favorece a redução do tempo de busca por determinados documentos e o acesso rápido às suas informações;
- preserva o arquivo original devido ao mínimo acesso ao documento físico;
- fomenta a redução na demanda de cópias desnecessárias;
- garante a correta prestação de contas aos órgãos de controle e registro seguro das informações.

O projeto estará restrito a organização e digitalização da massa documental, com otimização do espaço físico, organização dos processos físicos de busca e armazenamento e ampliação do escopo de forma a possibilitar a digitalização de parte da massa documental da Superintendência Administrativa (SAD).

Entrega/Quantidade

Entrega	Quantidade 2019
Projeto suspenso	

